

SUMÁRIO

Capítulo I

CONSTITUCIONALISMO	35
1. Origem e conceito	35
2. Desenvolvimento	36
2.1. Constitucionalismo antigo	36
2.2. Constitucionalismo medieval.....	37
2.3. Constitucionalismo moderno	37
3. Neoconstitucionalismo	41
3.1. Patriotismo Constitucional	43
3.2. Transconstitucionalismo	44
3.3. Estado Constitucional Cooperativo	45
3.4. O Novo Constitucionalismo Latino-Americano	46
3.5. O Constitucionalismo Negro.....	48
3.6. O Constitucionalismo Feminista	52
4. Quadro Sinótico.....	57

Capítulo II

DIREITO CONSTITUCIONAL	61
1. Origem, conceito e natureza do Direito Constitucional	61
2. Objeto do Direito Constitucional.....	63
3. Espécies ou Divisão do Direito Constitucional	64
3.1. Direito Constitucional Especial, Positivo ou Particular.....	64
3.2. Direito Constitucional Comparado.....	64
3.3. Direito Constitucional Geral.....	64
4. Relações do Direito Constitucional com outros ramos do Direito	65
5. Relações do Direito Constitucional com disciplinas afins de caráter não jurídico	77
6. Fontes do Direito Constitucional	77
7. Quadro Sinótico.....	79

Capítulo III

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	83
1. Considerações acerca do vocábulo “Constituição”	83
2. As principais teorias da Constituição	84
2.1. A Constituição como “garantia do <i>status quo</i> econômico e social” (Ernst Forsthoff)	85
2.2. A Constituição como um “instrumento de Governo” (W. Hennis)	85
2.3. A Constituição como “processo público” (Peter Häberle).....	86

2.4.	A Constituição como “conjunto de normas constitutivas para a identidade de uma ordem político-social e do seu processo de realização” (R. Bäumlín).....	86
2.5.	A Constituição como “programa de integração e de representação nacional” (H. Krüger).....	87
2.6.	A Constituição como “ordem jurídica do processo de integração estatal” (Rudolf Smend).....	87
2.7.	A Constituição como “ordem jurídica fundamental, material e aberta de uma comunidade” (Konrad Hesse)	87
2.8.	A Constituição como “legitimação do poder soberano segundo a ideia de Direito” (G. Burdeau)	88
2.9.	A Constituição como “fim político fundamental sustentado pelas forças sociais dominantes” (C. Mortati)	88
2.10.	A Constituição como “norma fundamental, forma de governo e princípio de produção normativa” (F. Modugno).....	89
2.11.	A Constituição como “totalidade, normalidade e normatividade” (H. Heller).....	89
3.	Origem e conceito de Constituição	90
3.1.	Origem.....	90
3.2.	Conceito.....	90
4.	Concepções sobre a Constituição.....	91
4.1.	A concepção sociológica	91
4.2.	A concepção política	93
4.3.	A concepção jurídica.....	96
4.4.	A concepção cultural (conexão das concepções anteriores)	101
5.	Supremacia da Constituição.....	113
6.	A unidade normativa da Constituição	118
7.	Objeto e conteúdo das Constituições	119
8.	Classificação das Constituições.....	119
8.1.	Quanto ao conteúdo: <i>Material e Formal</i>	119
8.2.	Quanto à forma: <i>Escrita e Não Escrita</i>	121
8.3.	Quanto à origem: <i>Democrática e Outorgada</i>	121
8.4.	Quanto à estabilidade ou consistência ou mutabilidade: <i>Imutável, Fixa, Rígida, Flexível e Semirrígida ou Semiflexível</i>	122
8.5.	Quanto à extensão: <i>Sintética e Analítica</i>	124
8.6.	Quanto à finalidade: <i>Garantia e Dirigente</i>	125
8.7.	Quanto ao modo de elaboração: <i>Dogmática e Histórica</i>	125
8.8.	Quanto à ideologia: <i>Ortodoxa e Eclética</i>	126
8.9.	Quanto ao modo de ser (classificação ontológica): <i>Normativa, Nominal e Semântica</i>	126
8.10.	Classificação da Constituição brasileira de 1988	127
9.	Estrutura das Constituições	127
10.	Elementos das Constituições.....	128
11.	A Constituição Dirigente	129
12.	A Constituição brasileira de 1988	137
13.	Quadro Sinótico.....	139

Capítulo IV

TEORIA DA NORMA CONSTITUCIONAL	147
1. A constituição como um sistema aberto de normas.....	147
2. A norma constitucional: conceito e natureza	148
3. As condições de aplicabilidade da norma constitucional	150
4. As espécies de norma constitucional: os princípios e as regras. A “normatividade” dos princípios	152
4.1. A distinção entre regras e princípios em Robert Alexy	157
5. A eficácia jurídica da norma constitucional	161
5.1. O problema da eficácia das normas constitucionais.....	161
5.2. Normas constitucionais mandatórias e normas constitucionais diretórias.....	163
5.3. Normas constitucionais <i>self-executing</i> e <i>not self-executing</i>	164
5.4. A classificação da doutrina italiana	166
5.5. A classificação de J. H. Meirelles Teixeira.....	167
5.6. A classificação de José Afonso da Silva	167
5.7. A classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres de Britto	171
5.8. A classificação de Maria Helena Diniz	172
5.9. Reflexões acerca das classificações examinadas e tomada de posição pessoal	173
5.10. Eficácia jurídica das normas constitucionais programáticas	175
5.11. Distinção entre Retroatividade Máxima, Média e Mínima.....	179
5.12. Derrotabilidade das Normas Jurídicas	181
6. Os princípios constitucionais	181
6.1. Tipologia de princípios constitucionais.....	184
6.2. Sistema interno de princípios e regras constitucionais: uma hierarquia axiológica dos princípios constitucionais	185
6.3. Hierarquia de princípios	186
7. Quadro Sinótico.....	188

Capítulo V

INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	193
1. Hermenêutica e interpretação jurídica.....	193
2. Interpretação jurídica e interpretação constitucional. A especificidade da interpretação constitucional	196
3. As correntes interpretativistas e não interpretativistas no direito norte-americano	197
3.1. Interpretação constitucional e criação judicial do Direito.....	198
4. Métodos de interpretação constitucional	208
4.1. Método jurídico ou hermenêutico-clássico.....	208
4.2. Método tópico-problemático	209
4.3. Método hermenêutico-concretizador	210
4.4. Método científico-espiritual.....	211
4.5. Método normativo-estruturante	211
4.6. Método da interpretação comparativa	212
5. Princípios de interpretação constitucional	212

5.1. Princípio da unidade da Constituição	213
5.2. Princípio do efeito integrador	214
5.3. Princípio da máxima efetividade	215
5.4. Princípio da justeza ou da conformidade funcional	215
5.5. Princípio da concordância prática ou da harmonização	215
5.6. Princípio da força normativa da Constituição	216
5.7. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade	217
5.8. Princípio da presunção de constitucionalidade das leis	218
5.9. Princípio da interpretação conforme a Constituição	219
6. A interpretação constitucional e a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição de Peter Häberle	220
7. Quadro Sinótico	221

Capítulo VI

PODER CONSTITUINTE	225
1. Considerações preliminares	225
2. Conceito	226
3. O Poder Constituinte e o pensamento de Sieyès	227
4. Natureza	228
5. Titularidade e exercício do Poder Constituinte	230
6. Espécies de Poder Constituinte: Originário e Derivado	231
7. Poder Constituinte Originário	232
7.1. Conceito	232
7.2. Características	232
7.3. Formas de manifestação	234
7.4. Poder Constituinte Material e Poder Constituinte Formal	234
8. Poder Constituinte Derivado	235
8.1. Conceito	235
8.2. Características	235
8.3. Espécies	235
8.4. Poder Constituinte Reformador	236
8.4.1. Conceito	236
8.4.2. Limitações	236
8.4.3. Processo Legislativo de Emenda à Constituição: processo de reforma constitucional	241
8.4.4. Controle de constitucionalidade da reforma constitucional	243
8.5. Poder Constituinte Decorrente	243
9. Mutação constitucional	245
10. Direito Constitucional intertemporal	245
10.1. Princípio da Recepção	246
10.2. Repristinação	246
10.3. Desconstitucionalização	247
11. Quadro Sinótico	247

Capítulo VII

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	253
1. Considerações iniciais.....	254
2. Conceito e pressupostos do Controle de Constitucionalidade	254
2.1. Conceito.....	254
2.2. Pressupostos.....	255
2.2.1. A Constituição escrita e formal	256
2.2.2. A Constituição como norma jurídica fundamental, rígida e suprema.....	256
2.2.3. A previsão de um órgão competente	257
3. Antecedentes históricos e evolução do controle de constitucionalidade	258
3.1. O sistema “americano” da <i>judicial review of legislation</i> ou “difuso” de controle de constitucionalidade e o <i>leading case</i> William Marbury v. James Madison	260
3.2. O sistema “austríaco” ou “concentrado” de controle de constitucionalidade. A contribuição de Kelsen	268
3.3. O sistema francês de controle de constitucionalidade e as alterações advindas da Reforma Constitucional de 23 de julho de 2008	275
3.3.1. O Controle de Constitucionalidade na França, a Constituição de 04 de outubro de 1958 e o Conselho Constitucional	275
3.3.1.1. Composição do Conselho Constitucional	276
3.3.1.2. Competência do Conselho Constitucional	277
3.3.2. O Controle Preventivo de Constitucionalidade na França	277
3.3.3. O Controle Repressivo de Constitucionalidade na França e a Questão Prioritária de Constitucionalidade (QPC)	278
3.3.4. Considerações finais.....	280
3.4. A evolução do controle de constitucionalidade no Brasil.....	281
3.4.1. A Constituição de 1824	281
3.4.2. A Constituição de 1891	281
3.4.3. A Constituição de 1934	282
3.4.4. A Constituição de 1937	283
3.4.5. A Constituição de 1946	284
3.4.6. A Constituição de 1967/1969	284
3.4.7. A Constituição de 1988	285
4. Modelos de controle de constitucionalidade	286
4.1. Quanto ao parâmetro do controle.....	286
4.2. Quanto ao objeto do controle.....	289
4.3. Quanto ao momento da realização do controle.....	289
4.4. Quanto à natureza do órgão com competência para o controle	291
4.5. Quanto ao número de órgãos com competência para o controle	294
4.6. Quanto ao modo de manifestação do controle.....	295
4.7. Quanto à finalidade do controle.....	296
5. Controle difuso de constitucionalidade.....	297
5.1. O controle difuso-incidental de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional.....	297

5.2.	A provocação do controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	298
5.3.	A legitimidade para provocar o controle difuso-incidental de constitucionalidade	299
5.4.	A competência para realizar o controle difuso-incidental de constitucionalidade	300
5.5.	O procedimento do controle difuso-incidental de constitucionalidade	303
5.6.	Os efeitos da decisão no controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	305
5.7.	O controle difuso-incidental de constitucionalidade e a suspensão da execução do ato pelo Senado Federal	308
6.	Controle concentrado de constitucionalidade.....	317
6.1.	O controle concentrado de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional.....	317
6.2.	Conceito e tipos de inconstitucionalidade.....	318
6.3.	A provocação do controle concentrado-principal de constitucionalidade: as Ações Diretas.....	323
7.	Ação Direta de Inconstitucionalidade	327
7.1.	Origem, conceito e finalidade	327
7.2.	Legitimidade <i>ad causam</i>	327
7.3.	Competência	333
7.4.	Parâmetro e objeto	336
7.5.	Procedimento. A Lei nº 9.868/99.....	346
7.5.1.	Da Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	347
7.5.2.	Da intervenção do <i>amicus curiae</i> em Ação Direta de Inconstitucionalidade	348
7.5.3.	Procedimento abreviado em Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	351
7.6.	Decisão e efeitos.....	351
7.6.1.	Modulação dos efeitos gerais e temporais.....	356
7.6.2.	Técnicas de decisão e efeitos.....	358
8.	A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão	361
8.1.	Origem e generalidades.....	361
8.2.	Natureza, finalidade e procedimento	361
8.2.1.	Possibilidade de medida cautelar na ADI por omissão.....	364
8.3.	Legitimidade <i>ad causam</i> e competência	364
8.4.	Parâmetro e objeto	365
8.4.1.	A omissão inconstitucional: conceito e características	365
8.4.2.	Momento em que ocorre a omissão inconstitucional	368
8.4.3.	A omissão inconstitucional e suas modalidades	368
8.4.3.1.	Omissão inconstitucional total e parcial.....	368
8.4.3.2.	Omissão inconstitucional formal e material	372
8.4.3.3.	Omissão inconstitucional absoluta e relativa.....	372
8.4.4.	As omissões controláveis	373
8.4.5.	A omissão inconstitucional no Direito Comparado	374
8.5.	Decisão e seus efeitos	376
8.6.	Distinções entre a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão e o Mandado de Injunção	383

9. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (Representação Interventiva)	384
9.1. Origem, conceito e finalidade	384
9.2. Legitimidade <i>ad causam</i>	387
9.3. Competência	387
9.4. Parâmetro e objeto	388
9.5. Procedimento. A Lei nº 12.562/2011	389
9.6. Da medida liminar	390
9.7. Decisão e efeitos	391
10. Ação Declaratória de Constitucionalidade	392
10.1. Origem, conceito e finalidade	392
10.2. Legitimidade <i>ad causam</i>	393
10.3. Competência	393
10.4. Parâmetro e objeto	394
10.5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99.....	394
10.6. Decisão e efeitos	395
11. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.....	396
11.1. Origem, delineamento constitucional e generalidades do instituto	396
11.2. A parametricidade da arguição de descumprimento: os Preceitos Constitucionais Fundamentais.....	400
11.3. Conceito de “descumprimento” na arguição	404
11.4. Modalidades da arguição de descumprimento.....	405
11.5. Arguição direta ou autônoma	406
11.5.1. Legitimidade <i>ad causam</i>	406
11.5.2. Competência	410
11.5.3. Procedimento. A Lei nº 9.882/99.....	411
11.5.4. Medida liminar.....	413
11.5.5. Objeto. Os atos ou omissões controláveis.....	414
11.5.5.1. Atos normativos	415
11.5.5.2. Atos não normativos e as decisões judiciais.....	416
11.5.5.3. Atos municipais.....	417
11.5.5.4. Atos anteriores à Constituição.....	418
11.5.5.5. Atos políticos.....	419
11.5.5.6. Projetos de leis ou de emendas constitucionais	421
11.5.5.7. Ato de interpretação e aplicação do regimento interno do Legislativo incompatível com o processo legislativo	423
11.5.6. Decisão e seus efeitos	424
11.6. Arguição incidental.....	427
11.6.1. Legitimidade <i>ad causam</i>	430
11.6.2. Objeto	431
11.6.3. Controvérsia constitucional relevante	432
11.7. O caráter subsidiário da arguição de descumprimento de preceito fundamental. O significado e alcance do § 1º do art. 4º da Lei nº 9.882/99	433

11.8. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental como instrumento de reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional.....	439
11.8.1. O Estado de Coisas Inconstitucional.....	439
11.8.2. O Projeto de Lei nº 736/2015 e as alterações na Lei nº 9.882/99 (Lei da ADPF)	440
12. Controle de Constitucionalidade nos Estados-Membros.....	441
12.1. Considerações gerais.....	441
12.2. O Controle de constitucionalidade difuso-incidental nos Estados.....	441
12.3. O Controle de constitucionalidade concentrado-principal nos Estados	444
13. Quadro Sinótico.....	449

Capítulo VIII

HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS	465
1. Antecedentes do constitucionalismo brasileiro.....	465
2. A Constituição de 1824.....	466
3. A Constituição de 1891.....	468
3.1. A instalação da Primeira República	468
3.2. Traços gerais da Constituição de 1891	468
4. A Constituição de 1934.....	469
4.1. A Revolução de 1930.....	469
4.2. Traços gerais da Constituição de 1934	470
5. A Constituição de 1937.....	471
5.1. O Estado Novo.....	471
5.2. Traços gerais da Constituição de 1937	472
6. A Constituição de 1946.....	472
7. A Constituição de 1967.....	473
7.1. O Golpe Militar de 1964.....	473
7.2. Traços gerais da Constituição de 1967	474
8. A Constituição de 1969 (EC nº 01/69)	474
9. A Constituição de 1988.....	475
9.1. Antecedentes.....	475
9.2. Traços gerais e estrutura da Constituição de 1988.....	476
10. Quadro Sinótico.....	477

Capítulo IX

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	481
1. Considerações iniciais.....	481
2. Princípio Federativo.....	481
3. Princípio Republicano.....	484
4. Princípio do Estado Democrático de Direito	485
5. Princípio da Soberania Popular.....	486
6. Princípio da Separação de Poderes.....	487
6.1. O Poder político e as funções estatais.....	487
6.2. Antecedentes históricos da teoria clássica da separação das funções estatais.....	488

6.3. A separação das funções estatais nas Constituições brasileiras	493
6.4. A separação das funções estatais ante uma nova dogmática constitucional: a necessidade de uma revisão da teoria clássica da separação de Poderes	494
7. Princípios Fundamentos do Estado brasileiro	497
8. Princípios Objetivos Fundamentais do Estado brasileiro	499
9. Princípios regentes das relações internacionais	499
10. Quadro Sinótico	501

Capítulo X

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	505
1. Considerações iniciais	505
2. Delimitação terminológica e conceitual dos direitos fundamentais. Em busca de um conceito constitucionalmente adequado dos direitos fundamentais	506
3. A teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek e as funções dos direitos fundamentais	512
3.1. Função de defesa ou de liberdade	515
3.2. Função de prestação	516
3.3. Função de proteção perante terceiros	518
3.4. Função de não discriminação	518
4. Antecedentes históricos e evolução dos direitos fundamentais	518
4.1. Considerações iniciais	518
4.2. As Declarações de Direitos	523
4.2.1. A Magna Carta	525
4.2.2. A <i>Petition of Rights</i>	526
4.2.3. O <i>Habeas Corpus Act</i>	527
4.2.4. O <i>Bill of Rights</i>	528
4.2.5. O <i>Act of Settlement</i>	528
4.2.6. A Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia	529
4.2.7. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão	531
4.2.8. A Declaração Universal dos Direitos do Homem	534
4.3. A evolução dos direitos fundamentais: os direitos fundamentais de primeira, segunda, terceira, quarta e quinta geração ou dimensão	539
4.3.1. Os direitos fundamentais de primeira dimensão: os direitos civis e políticos	542
4.3.2. Os direitos fundamentais de segunda dimensão: os direitos sociais, econômicos e culturais	543
4.3.3. Os direitos fundamentais de terceira dimensão: os direitos de solidariedade	548
4.3.4. Os direitos fundamentais de quarta dimensão: o direito à democracia direta e os direitos relacionados à biotecnologia	549
4.3.5. Os direitos fundamentais de quinta dimensão: o direito à paz	549
4.4. Considerações finais	550
5. Fundamentos dos Direitos Fundamentais	550
6. A constitucionalização das declarações de direitos, a função legitimadora dos direitos fundamentais e seu regime jurídico-constitucional reforçado	553
7. Características dos direitos fundamentais	556

8. Restrições dos direitos fundamentais	563
9. As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais	567
10. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais (ou “eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas” ou “eficácia privada dos direitos fundamentais” ou “eficácia externa dos direitos fundamentais”).....	571
11. Os direitos fundamentais e suas garantias.....	573
12. Quadro Sinótico.....	573

Capítulo XI

DOS DIREITOS E GARANTIAS

FUNDAMENTAIS	577
1. Os direitos fundamentais na constituição federal de 1988	577
2. Os titulares dos direitos fundamentais	579
3. A eficácia dos direitos fundamentais e o princípio da aplicabilidade imediata das normas definidoras de direitos fundamentais. significado e alcance do art. 5º, § 1º, da constituição de 1988	580
4. A concepção materialmente aberta dos direitos fundamentais na Constituição de 1988. o significado e alcance da cláusula de “abertura material ou de inesgotabilidade dos direitos fundamentais” do art. 5º, § 2º e o novo § 3º.....	589
5. A classificação dos direitos fundamentais na Constituição de 1988.....	602
6. O Estado de Coisas Inconstitucional como garantia de Direitos Fundamentais	607
7. Quadro Sinótico.....	611

Capítulo XII

DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS	615
1. Considerações iniciais.....	615
2. Direito à vida	615
3. Direito à igualdade.....	618
4. Direito à liberdade	623
4.1. Liberdade de ação e o princípio da legalidade.....	623
4.2. Liberdade de locomoção	624
4.3. Liberdade de opinião ou pensamento	624
4.4. Liberdade de expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação ..	626
4.5. Liberdade de informação	629
4.5.1. O direito de informar e a liberdade de informação Jornalística. O direito de crítica jornalística.....	631
4.6. Liberdade de consciência e crença. A objeção ou escusa de consciência.....	635
4.7. Liberdade de reunião	639
4.8. Liberdade de associação	640
4.9. Liberdade de opção profissional.....	642
4.9.1. Liberdade de Profissão como Direito Fundamental	642
4.9.2. Limitações à Liberdade de Profissão	643
5. Direito à privacidade.....	648
5.1. Direito à intimidade.....	650

5.2. Direito à vida privada.....	651
5.3. Direito à honra.....	651
5.4. Direito à imagem	652
5.5. Direito à inviolabilidade da casa	653
5.6. Direito ao sigilo de correspondências e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas	655
6. Direito de propriedade.....	661
6.1. Propriedade intelectual	662
6.2. Direito de herança.....	662
7. Direito de petição.....	663
8. Direito de certidão	663
9. Direito de acesso à justiça	664
10. Direito à segurança jurídica	665
10.1. Garantia do direito adquirido	668
10.2. Garantia do ato jurídico perfeito.....	668
10.3. Garantia da coisa julgada	669
11. Direito à garantia do devido processo legal.....	670
12. Direito às garantias do contraditório e da ampla defesa	671
13. Direito à segurança em matéria penal e processual penal	671
14. Direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.....	695
15. Quadro Sinótico.....	697

Capítulo XIII

DOS DIREITOS SOCIAIS.....	705
1. Considerações iniciais.....	705
2. Direitos sociais do trabalhador	708
3. Direitos sociais da seguridade social	714
3.1. Direito à saúde	714
3.2. Direito à previdência social.....	723
3.3. Direito à assistência social.....	724
4. Direitos sociais à educação e à cultura	724
4.1. Direito à educação.....	724
4.2. Direito à cultura	727
5. Direito social ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	728
6. Direitos sociais da criança, do adolescente, do jovem e da pessoa idosa.....	729
7. A efetividade dos direitos sociais e a reserva do possível	731
8. Quadro Sinótico.....	738

Capítulo XIV

DO DIREITO DE NACIONALIDADE	743
1. Considerações iniciais.....	743
2. Conceito de nacionalidade.....	743
3. Espécies de nacionalidade.....	744

4. Modos de aquisição da nacionalidade.....	744
5. O polipátrida e o apátrida (<i>heimatlos</i>).....	745
6. Os brasileiros na constituição federal de 1988.....	746
6.1. Os brasileiros natos	747
6.2. Os brasileiros naturalizados	751
7. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados	753
8. Perda da nacionalidade brasileira.....	757
9. Reaquisição da nacionalidade brasileira.....	758
10. A situação dos portugueses com residência permanente no Brasil	759
11. Quadro Sinótico.....	760

Capítulo XV

DOS DIREITOS POLÍTICOS	763
1. Considerações iniciais.....	763
2. Modalidades de direitos políticos.....	764
3. Direitos políticos positivos.....	764
3.1. Direitos políticos ativos.....	764
3.2. Direitos políticos passivos.....	765
4. Direitos políticos negativos	768
4.1. Inelegibilidades	768
4.1.1. Inelegibilidades absolutas	768
4.1.2. Inelegibilidades relativas.....	769
4.1.3. Outros casos de Inelegibilidades	773
4.2. Perda e suspensão de direitos políticos	779
5. Dos partidos políticos	782
5.1. Conceito.....	782
5.2. Liberdade partidária	782
5.3. Autonomia partidária	783
5.4. Direitos dos partidos políticos	784
6. Quadro Sinótico.....	792

Capítulo XVI

DAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS	795
1. Considerações gerais.....	795
2. <i>Habeas corpus</i>	795
2.1. Escorço histórico da origem do instituto.....	795
2.2. Natureza Jurídica	797
2.3. Espécies.....	797
2.4. Legitimidade <i>ad causam</i>	797
2.4.1. Legitimidade ativa	797
2.4.2. Legitimidade passiva	798
2.5. Hipóteses de cabimento	798

2.6.	Competência	799
2.7.	Procedimento.....	801
3.	Mandado de segurança	802
3.1.	Conceito, delineamento constitucional e generalidades do instituto.....	802
3.2.	Natureza Jurídica	803
3.3.	Espécies.....	803
3.4.	Legitimidade <i>ad causam</i>	803
3.4.1.	Legitimidade ativa	803
3.4.2.	Legitimidade passiva	804
3.5.	Cabimento	805
3.6.	Objeto da impetração.....	806
3.7.	Competência	808
3.8.	Procedimento.....	809
3.9.	Da Medida Liminar.....	810
3.10.	Da Sentença	811
3.11.	Do Pedido de Suspensão da execução da Liminar e da Sentença	812
3.12.	Do Mandado de Segurança Coletivo.....	812
3.13.	Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	813
4.	Mandado de injunção	814
4.1.	Origem e considerações gerais a respeito do instituto.....	814
4.2.	Objeto	820
4.3.	Legitimidade ativa.....	821
4.4.	Legitimidade passiva.....	822
4.5.	Competência.....	823
4.6.	Decisão e seus efeitos	824
4.7.	Aspectos processuais do Mandado de Injunção e a Lei nº 13.300/2016	834
5.	<i>Habeas data</i>	836
6.	Ação popular.....	838
6.1.	Considerações gerais.....	838
6.2.	Requisitos específicos da ação.....	838
6.3.	Finalidade da ação.....	839
6.4.	Objeto da ação popular	839
6.5.	Legitimidade <i>ad causam</i>	840
6.5.1.	Legitimidade ativa	840
6.5.2.	Legitimidade passiva	841
6.6.	Competência.....	841
6.7.	Liminar, sentença e coisa julgada	842
7.	Ação civil pública.....	842
8.	Quadro Sinótico.....	849

Capítulo XVII

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	853
1. O princípio federativo e o Estado Federal	853
1.1. Estado Federal e Estado Unitário	854
1.2. Estado Federal e Estado Regional.....	854
1.3. Estado Federal e Confederação de Estados	854
1.4. Características comuns do Estado Federal	854
1.5. Estado Federal e tipos de Federalismo	856
2. O federalismo brasileiro.....	857
2.1. Origem e evolução histórica do federalismo brasileiro	857
2.2. A Organização Política do Estado brasileiro	858
3. A repartição de competência.....	858
3.1. O princípio da predominância do interesse	858
3.2. Técnicas de repartição de competência	859
4. A repartição de competência na Constituição brasileira de 1988.....	859
4.1. A repartição horizontal de competência. Técnicas	860
4.2. A repartição vertical de competência.....	860
5. Competências e sua classificação	860
5.1. Competência legislativa	861
5.2. Competência não legislativa ou material.....	861
5.3. Outras competências.....	861
6. A União.....	861
6.1. A posição da União na Federação	861
6.2. Brasília: sede do governo da União	862
6.3. Bens da União	862
6.4. Competência material da União.....	865
6.4.1. Competência material exclusiva da União.....	865
6.4.2. Competência material comum da União.....	871
6.5. Competência legislativa da União	873
6.5.1. Competência legislativa privativa da União. A delegação de competência aos Estados	873
6.5.2. Competência legislativa concorrente da União	880
7. Os estados federados.....	885
7.1. A posição dos Estados-membros na Federação. O poder constituinte decorrente das Assembleias Legislativas.....	885
7.2. Competência material (exclusiva e comum)	886
7.3. Competência legislativa (exclusiva e concorrente). A competência suplementar	887
7.4. Bens dos Estados.....	887
7.5. Dos Deputados Estaduais e Governadores.....	888
8. O Distrito Federal	889
8.1. A posição do Distrito Federal na Federação e suas competências	889
9. Os municípios.....	890

9.1.	O Município nas Constituições anteriores	891
9.1.1.	O Município na Constituição do Império	891
9.1.2.	O Município na Constituição de 1891	891
9.1.3.	O Município na Constituição de 1934	892
9.1.4.	O Município na Constituição de 1937	892
9.1.5.	O Município na Constituição de 1946	893
9.1.6.	O Município na Constituição de 1967	893
9.2.	As competências do Município na Constituição Federal de 1988	894
9.2.1.	A competência legislativa	897
9.2.2.	A competência material	899
10.	Os territórios federais	901
10.1.	Natureza	901
10.2.	Organização	901
11.	Intervenção	901
11.1.	Conceito	902
11.2.	Intervenção Federal	902
11.3.	Intervenção Estadual	906
11.4.	Formalidades comuns	906
12.	A administração Pública	907
12.1.	Conceito	907
12.2.	Organização	909
12.2.1.	Administração direta	910
12.2.2.	Administração indireta	911
12.3.	Regime jurídico-administrativo e os princípios constitucionais da Administração Pública	912
12.3.1.	Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado	914
12.3.2.	Princípio da indisponibilidade do interesse público	915
12.3.3.	Princípio da Legalidade	916
12.3.4.	Princípio da Impessoalidade	916
12.3.4.1.	Princípio da Intranscendência Subjetiva da Sanção	917
12.3.5.	Princípio da Moralidade	918
12.3.6.	Princípio da Publicidade	920
12.3.7.	Princípio da Eficiência	923
12.3.8.	Princípio da Finalidade Pública	923
12.3.9.	Princípio da Presunção de Legitimidade	924
12.3.10.	Princípio da Autotutela	924
12.3.11.	Princípio do Controle Judicial dos Atos Administrativos	926
12.3.12.	Princípio da Motivação	927
12.3.13.	Princípio da Responsabilidade do Estado	928
12.3.14.	Princípio do acesso universal aos cargos, empregos e funções públicas	928
12.3.15.	Princípio do prévio concurso público para acesso aos cargos e empregos públicos	929
12.3.15.1.	Concurso público e pessoa com deficiência	935
12.3.16.	Princípio da obrigatoriedade da licitação	936

12.4. Dos Servidores Públicos.....	937
12.4.1. Agentes Públicos	937
12.4.2. Espécies de Agentes Públicos	938
12.4.2.1. Agentes políticos	938
12.4.2.2. Agentes ou servidores administrativos do Estado	939
12.4.2.3. Agentes particulares em colaboração com o Estado	949
12.4.3. Direitos dos trabalhadores extensivos aos servidores públicos. O direito à livre associação sindical e o direito de greve.....	950
12.4.4. Remuneração e subsídio do servidor.....	953
12.4.5. Estabilidade do servidor.....	964
12.4.6. Previdência do servidor.....	967
12.5. Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios	984
12.6. Das Regiões.....	986
13. Quadro Sinótico.....	987

Capítulo XVIII

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES	1001
1. As funções do Estado e a separação de poderes	1001
2. Do poder legislativo	1004
2.1. Órgãos do Poder Legislativo	1004
2.1.1. Órgãos do Poder Legislativo da União: O Congresso Nacional. O Bicameralismo. As Casas Legislativas e a composição do C.N.....	1004
2.1.1.1. Sistema Proporcional versus Voto Distrital	1006
2.1.2. Órgãos do Poder Legislativo dos Estados: as Assembleias Legislativas dos Estados e a Câmara Legislativa do DF. Composição	1007
2.1.3. Órgãos do Poder Legislativo dos Municípios: as Câmaras de Vereadores dos Municípios. Composição.....	1008
2.2. Organização interna do Poder Legislativo.....	1013
2.2.1. A Mesa Diretora	1013
2.2.2. As Comissões Parlamentares.....	1014
2.2.2.1. Comissões Permanentes	1015
2.2.2.2. Comissões Temporárias	1016
2.2.2.3. Comissões Mistas	1016
2.2.2.4. Comissões de Inquérito.....	1016
2.2.2.5. Representativa	1024
2.2.3. A Polícia Legislativa e Órgãos Administrativos.....	1024
2.3. O funcionamento dos Órgãos do Poder Legislativo	1025
2.3.1. A Legislatura	1025
2.3.2. As Sessões legislativas.....	1025
2.3.2.1. Sessão Legislativa Ordinária.....	1025
2.3.2.2. Sessão Legislativa Extraordinária	1025
2.3.3. As Sessões.....	1026
2.3.3.1. Ordinárias	1026

2.3.3.2.	Extraordinárias.....	1027
2.3.4.	As Sessões preparatórias.....	1027
2.4.	As atribuições do Congresso Nacional.....	1028
2.4.1.	Competências Legislativas do Congresso Nacional.....	1028
2.4.2.	Competências Políticas do Congresso Nacional.....	1030
2.5.	As atribuições da Câmara dos Deputados (art. 51).....	1036
2.6.	As atribuições do Senado Federal (art. 52).....	1038
2.7.	Quórum para deliberações (art. 47).....	1041
2.8.	O Processo Legislativo.....	1042
2.8.1.	Conceito e objeto. As espécies de atos legislativos.....	1042
2.8.2.	Atos do processo legislativo.....	1049
2.8.2.1.	Iniciativa legislativa.....	1049
2.8.2.2.	Emendas parlamentares.....	1051
2.8.2.3.	Votação.....	1053
2.8.2.4.	Sanção e veto.....	1055
2.8.2.5.	Promulgação e publicação.....	1056
2.9.	Procedimentos legislativos.....	1057
2.9.1.	Procedimento legislativo ordinário.....	1057
2.9.2.	Procedimento legislativo sumário.....	1058
2.9.3.	Procedimentos legislativos especiais.....	1059
2.10.	Dos Deputados e dos Senadores.....	1059
2.10.1.	Prerrogativas.....	1059
2.10.1.1.	As imunidades.....	1059
2.10.1.2.	O privilégio de foro por prerrogativa da função.....	1066
2.10.1.3.	Isenção do serviço militar.....	1069
2.10.1.4.	Manutenção das prerrogativas durante os Estados de Exceção.....	1069
2.10.2.	Incompatibilidades.....	1069
2.10.3.	Perda do mandato.....	1070
2.10.3.1.	Cassação.....	1070
2.10.3.2.	Extinção.....	1071
2.11.	Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária e dos Tribunais de Contas.....	1075
2.11.1.	Dos Tribunais de Contas.....	1080
2.11.1.1.	Do Tribunal de Contas da União.....	1080
2.11.1.2.	Do Tribunal de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.....	1081
3.	Do poder executivo.....	1082
3.1.	Sistemas de governo.....	1083
3.1.1.	Parlamentarismo.....	1083
3.1.2.	Presidencialismo.....	1085
3.2.	O Poder Executivo no Brasil e o Presidente da República.....	1085
3.3.	Eleição do Presidente da República.....	1086
3.4.	Substituição e sucessão do Presidente da República.....	1088

3.5.	Atribuições do Presidente da República.....	1091
3.6.	Responsabilidade do Presidente da República.....	1093
3.7.	Prerrogativas do Presidente da República	1097
3.8.	Auxiliares do Presidente da República	1099
3.9.	Órgãos de Consulta do Presidente da República.....	1100
3.9.1.	Conselho da República.....	1100
3.9.2.	Conselho de Defesa Nacional.....	1100
4.	Do poder judiciário.....	1101
4.1.	A função jurisdicional do Estado	1101
4.2.	Órgãos do Poder Judiciário	1103
4.3.	O Estatuto da Magistratura	1104
4.4.	As Garantias do Poder Judiciário	1112
4.4.1.	Garantias funcionais do Poder Judiciário	1113
4.4.2.	Garantias institucionais do Poder Judiciário	1115
4.5.	Quinto Constitucional	1118
4.6.	Regime Constitucional dos Precatórios.....	1120
4.7.	Do Supremo Tribunal Federal.....	1140
4.8.	Do Conselho Nacional de Justiça	1161
4.9.	Do Superior Tribunal de Justiça.....	1167
4.10.	Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais	1175
4.11.	Do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juízes do Trabalho	1189
4.12.	Dos Tribunais e Juízes Eleitorais	1202
4.13.	Dos Tribunais e Juízes Militares	1204
4.14.	Dos Tribunais e Juízes dos Estados	1209
4.15.	Dos Juizados Especiais	1211
5.	Das funções essenciais à justiça.....	1212
5.1.	Do Ministério Público.....	1212
5.1.1.	Histórico	1212
5.1.2.	O Ministério Público no Brasil pré-Constituição de 1988.....	1213
5.1.3.	O Ministério Público na Constituição Federal de 1988	1214
5.1.4.	Princípios institucionais	1218
5.1.4.1.	Unidade.....	1218
5.1.4.2.	Indivisibilidade.....	1219
5.1.4.3.	Independência funcional.....	1219
5.1.5.	Garantias e impedimentos dos membros do Ministério Público	1219
5.1.6.	Funções institucionais	1221
5.1.7.	Conselho Nacional do Ministério Público.....	1222
5.1.8.	O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.....	1224
5.2.	Da Advocacia Pública	1224
5.3.	Da Advocacia	1227
5.4.	Da Defensoria Pública	1229
6.	Quadro Sinótico.....	1236

Capítulo XIX**DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS..... 1253**

1. Considerações gerais..... 1253
2. Do sistema Constitucional das crises e dos estados de exceção..... 1253
 - 2.1. Do Estado de Defesa 1254
 - 2.2. Do Estado de Sítio..... 1255
 - 2.3. Das disposições comuns aos Estados de Defesa e de Sítio..... 1257
3. Das forças armadas 1257
4. Da segurança pública 1261
5. Quadro Sinótico..... 1264

Capítulo XX**DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO 1267**

1. Do sistema tributário nacional..... 1267
 - 1.1. Dos Princípios Gerais do Sistema Tributário Nacional 1270
 - 1.2. Dos Tributos: Noção de Tributo. Obrigação Tributária, Hipótese de Incidência Tributária e Fato Imponível do Tributo. Base de Cálculo e Alíquota..... 1273
 - 1.3. A competência tributária 1280
 - 1.3.1. Técnicas de repartição da competência tributária 1280
 - 1.3.2. Limites ao exercício da competência tributária 1281
 - 1.4. Classificação dos Tributos..... 1281
 - 1.5. O imposto 1284
 - 1.5.1. Impostos reais e pessoas..... 1285
 - 1.5.2. Impostos diretos e indiretos 1285
 - 1.5.3. Impostos em espécies 1286
 - 1.5.3.1. Impostos da União 1286
 - 1.5.3.2. Impostos dos Estados e do Distrito Federal..... 1289
 - 1.5.3.3. Impostos dos Municípios 1292
 - 1.5.3.4. Do Imposto de Competência Compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios 1296
 - 1.6. A taxa..... 1301
 - 1.6.1. A irrelevância da destinação do produto arrecadado 1302
 - 1.6.2. A taxa e o preço (tarifa) 1303
 - 1.7. A Contribuição de Melhoria 1304
 - 1.8. Os Empréstimos Compulsórios 1305
 - 1.9. As Contribuições sociais 1307
 - 1.9.1. As contribuições sociais de intervenção no domínio econômico – CIDE 1308
 - 1.9.2. As contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas, como instrumento da atuação da União nas respectivas áreas 1308
 - 1.9.3. As contribuições sociais da seguridade social..... 1309
 - 1.10. Das Limitações ao Poder de Tributar 1311
 - 1.10.1. O Princípio da Legalidade Tributária..... 1311
 - 1.10.2. Princípio da Igualdade Tributária..... 1313

1.10.3.	Princípio da Capacidade Contributiva	1313
1.10.4.	Princípio da Irretroatividade da Lei Tributária	1314
1.10.5.	Princípio da Anterioridade.....	1315
1.10.6.	O Princípio da Não Cumulatividade.....	1317
1.10.7.	Princípio da Seletividade	1318
1.10.8.	Princípio da vedação do confisco	1319
1.10.9.	Princípio da imunidade recíproca	1320
1.10.10.	As imunidades dos templos de qualquer culto	1322
1.10.11.	As imunidades dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos	1322
1.10.12.	As imunidades dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão	1323
1.10.13.	As imunidades dos fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.....	1324
1.10.14.	Outras limitações	1325
1.11.	Da repartição das receitas tributárias.....	1325
1.12.	Regimes Diferenciados de Tributação e a Cesta Básica Nacional de Alimentos.....	1333
1.13.	Das regras de transição estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023	1334
2.	Das finanças públicas.....	1340
2.1.	Considerações gerais	1340
2.2.	Dos Orçamentos.....	1342
2.3.	A Emenda Constitucional 109/2021, o Ajuste Fiscal de Vedações e o Estado de Calamidade Pública de Âmbito Nacional	1353
2.4.	A Emenda Constitucional nº 95/2016, o Teto de Gastos Públicos (Novo Regime Fiscal da União), a Lei Complementar nº 200/2023 e o Novo Regime Fiscal Sustentável	1355
2.5.	A Emenda Constitucional nº 106/2020 e o Regime Extraordinário Fiscal, Financeiro e de Contratações durante da pandemia da COVID-19 – Orçamento de Guerra.....	1359
3.	Quadro Sinótico	1360

Capítulo XXI

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	1371
1. Conceito de ordem.....	1371
2. Ordem econômica.....	1371
2.1. Ordem Econômica e Constituição Econômica.....	1372
2.2. A Ordem Econômica nas Constituições brasileiras.....	1374
2.3. Ordem Econômica na Constituição brasileira de 1988	1375
2.4. Ordem Econômica, Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável.....	1379
2.5. Da Política Urbana	1383
2.5.1. Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana	1384

2.6. Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária	1386
2.6.1. Desapropriação para fins de reforma agrária.....	1387
3. Do sistema financeiro nacional.....	1390
4. Quadro Sinótico.....	1391

Capítulo XXII

DA ORDEM SOCIAL	1393
------------------------------	------

1. Considerações gerais	1393
2. Objetivos	1393
3. Da seguridade social.....	1394
3.1. Saúde.....	1400
3.2. Previdência social.....	1410
3.3. Assistência social.....	1418
4. Da educação, da cultura e do desporto	1420
4.1. Da educação.....	1420
4.2. Da cultura.....	1430
4.3. Do desporto	1431
5. Da ciência, tecnologia e inovação	1432
6. Da comunicação social.....	1433
7. Do meio ambiente.....	1435
8. Da família, da criança, do adolescente, do jovem e da pessoa idosa.....	1449
8.1. Da família.....	1449
8.2. Da criança, do adolescente e do jovem	1452
8.3. Da pessoa idosa	1454
9. Dos Povos Indígenas.....	1455
10. Quadro Sinótico	1458

BIBLIOGRAFIA	1465
---------------------------	------